



Plurais Virtual

Universidade Estadual de Goiás  
Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

## O oitavo pecado capital: anacronismo e construção de sentido em duas narrativas históricas sobre a cidade de Anápolis-GO

José Fábio da Silva\*

Submissão: 04/05/2014

Aceite: 30/5/2014

**Resumo:** Este trabalho visa abordar a importância do relativismo e do anacronismo na elaboração de sentido da história e sua função como orientadora para percepção temporal. Desta forma procuraremos demonstrar que o relativismo e o anacronismo, por meio da linguagem, permite um diálogo entre o passado, o presente e o futuro, tornando outras experiências de tempo compreensíveis para a História. Para tanto não nos concentraremos em textos especificamente acadêmicos, mas em duas narrativas históricas produzidas na cidade de Anápolis, interior goiano: *Subsídios à história de Anápolis*, 1957, e *Anápolis: um enfoque histórico*, 1975.

**Palavras-chave:** Narrativa histórica, anacronismo, relativismo.

**Abstract:** This work aims to address the importance of relativism and anachronism in the development of a sense of history and his role as advisor to time perception. Thus try to show that relativism and anachronism, through language, enables a dialogue between the past, present and future, making other experiences understandable time for history. To do so we will not concentrate specifically on academic texts, but two historical narratives produced in the city of Anápolis, Goiás interior: *Subsídios à história de Anápolis*, 1957, and *Anápolis: um enfoque histórico*, 1975.

**Keywords:** Historical narrative, anachronism, relativism.

*Que são teorias?  
Monjolos,  
Moinhos, ferramentas.  
Extensões do corpo segundo McLuhan.  
O sapato estende o pé, os óculos estendem os olhos,  
a faca estende as unhas e os dentes...  
Rubens Alves.*

Em um discurso proferido em novembro de 1986, durante a solenidade comemorativa do décimo aniversário de fundação do Distrito Agro Industrial de Anápolis, o então Secretário da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás, José Marreto, fez uma pequena síntese dos fatores históricos que levaram a cidade de Anápolis a se tornar, “por meio de sua vocação industrial (...) o carro chefe da industrialização do Estado.” Mesmo não podendo ser considerada um texto historiográfico na acepção acadêmica do termo, este pequeno pronunciamento, independente de suas intenções políticas ou ideológicas, visa empregar um sentido lógico à história econômica do município e do Estado de Goiás,

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (Bolsista UFG). Endereço eletrônico: fabiojfs\_@hotmail.com

estabelecendo uma ligação entre as potencialidades econômicas locais e as necessidades econômicas brasileira do período. Construindo um sentido lógico para as cadeias de eventos que culminaram naquele “dia histórico” para a cidade. O discurso buscava afirmar que aquele momento, de certa forma, já estava preconizado desde a origem do município:

ANÁPOLIS, já se projetava no cenário econômico brasileiro como construtora de duas capitais, Goiânia e Brasília, e grande centro do beneficiamento de arroz, verdadeiro celeiro deste importante cereal em Goiás. Esses fatos proporcionaram o surgimento de uma mentalidade industrial e o crescimento comercial da cidade, trazendo benefícios aos diversos segmentos econômicos de Anápolis. Tudo isso era uma preparação intuitiva, embrionária, do nascimento do DAIA.<sup>1</sup>

Esse tipo de afirmativa, que compreendia o processo de modernização e industrialização da cidade como uma espécie de “destino manifesto” local é presente mesmo em textos como *História econômica de Anápolis*<sup>2</sup> que tinham como proposta resgatar aspectos históricos do município:

Uma cidade como Anápolis que desde os primeiros anos de sua existência mostra uma economia em franca expansão e nítida tendência para industrialização, dificilmente deixaria de ter realizado seus projetos industriais. Ainda mais quando se acrescenta para esta cidade uma ótima posição geoeconômica e alvo de uma marcha para o eldorado brasileiro. (*Correio de Anápolis*, 01 a 06-11-1976, p. 02).

Rüsen destaca que “todo pensamento histórico possui perspectivas orientadoras implícitas, nas quais estão incorporadas carências de orientação do tempo” (2010, p. 14), enunciadas de forma oral, literária ou metafórica. No entanto, esses momentos nem sempre se apresentam “como fatores diversificados da narração histórica, e na realidade nem sempre são pensados como fatores em si ou em seu conjunto.” (*Idem*: 14). Estes fatores só se diferenciam e se articulam de uma maneira sistemática quando a história se constitui como ciência, por meio de um processo de racionalização, no qual “as carências de orientação passam a ser racionalizadas pelos interesses cognitivos” (*Idem*: 15). De uma maneira mais generalizada, a lembrança histórica, seja constituída por meio de um discurso político ou com bases religiosas, contribui para a formação de uma identidade entre o indivíduo e a sociedade por

---

<sup>1</sup> Pronunciamento do Secretário José Marreto na consolidação dos dez anos do DAIA. Novembro de 1986. Anexo da monografia de BALBINO, Rita de Cássia Koth. *A história do Distrito Agro-Industrial de Anápolis*. Universidade Estadual de Anápolis, 1991.

<sup>2</sup> *História econômica de Anápolis*, de autoria de George Duarte foi publicado, ao longo de oito edições do periódico local *Correio de Anápolis*, no decorrer do segundo semestre de 1976. O texto fazia referência ao DAIA, inaugurado em 06 de novembro daquele ano.

meio de uma fixação coerciva da orientação do tempo. A historiografia ou história como ciência, por sua vez,

desfaz a aparência agradável da história, que se apresenta como um quadro alegórico objetivo, e faz aparecer dentro desse quadro alegórico os traços de um trabalho metódico de reconhecimento. Ela renuncia aos meios retóricos, que só servem para persuadir seus destinatários, e se contenta com meios de argumentação para convencer os outros. (*Idem*: 17).

Mas, se a história enquanto ciência se encarrega de desfazer mitos ou revelar o conteúdo ideológico de discursos políticos ou mesmo históricos, de que maneira ela emprega um sentido lógico à sua narrativa e garantir que seu conteúdo, ao mesmo tempo em que admite o seu próprio caráter relativo, possa também ser considerado verdadeiro? Uma das principais noções de prova utilizadas pela história moderna está baseada no uso das fontes, todavia, estas por si só não podem deduzir nenhum conhecimento sobre o passado. “Para que estas finalmente falem, faz-se necessário uma teoria da história possível.” (KOSELLECK, 2006: 188) Neste diálogo entre fontes e teoria que se desenvolve o conhecimento histórico.

### **Anacronismo, relativismo e sentido histórico**

Qualquer indivíduo que se arrisque a elaborar um trabalho histórico deve concebê-lo sob duas exigências que excluem uma a outra: “fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas” (KOSELLECK, 2006: 161). Ou como afirma Certeau, “cada tempo ‘novo’ deu lugar a um discurso que considera ‘morto’.” (1982: 14). De fato, a historiografia trabalha com a ideia de um acúmulo de conhecimento, cada nova época trás a tona novas indagações sobre o passado, e este, apesar de “inalterável” releva ao presente novas questões e é, muitas vezes, imbuído de um “novo” sentido. Todavia, o discurso histórico, independentemente de produzir ou não um acúmulo de conhecimento sobre dado objeto, está ligado a sistemas sócio-político e a sistemas de simbolização que compõem o ambiente na qual a obra historiográfica é produzida. “A história se define inteira por uma *relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala.” (CERTEAU, 1982: 76). Apesar de, em última instância, ser uma obra individual – pois é o pesquisador que seleciona as fontes e as organiza – “o estudo histórico está mais ligado ao complexo de uma fabricação coletiva que

ao estatuto de uma filosofia pessoal” (*Idem*: 72). O lugar social do indivíduo está relacionado com sua posição diante da sociedade e ao período temporal que nela ele ocupa.

Quem poderia negar que a história é observada a partir de diferentes perspectivas e que uma alteração no âmbito da história corresponderá necessariamente a uma alteração no âmbito do discurso que a expressa? A velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto. (KOSELLECK, 2006: 161).

Mesmo ciente dessa condição, o historiador deve comprovar a veracidade do que é dito em seu texto, que no caso da história se faz a partir do trabalho de pesquisa, levantamento, apresentação e organização de suas fontes. “O estabelecimento das fontes é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos monumentos da pesquisa científica.” (CERTEAU, 1982: 83-4). É justamente a partir desta “redistribuição epistemológica” que o trabalho histórico se afirma enquanto um discurso verossímil e, ao mesmo tempo, justifica seu caráter relativo. Mediante essa “redistribuição epistemológica”, é possível ao historiador direcionar um novo olhar sob as fontes tornando-as passíveis de novas interpretações.

O conhecimento histórico não é construído apenas com informações das fontes, mas as informações das fontes só são incorporadas nas conexões que dão o sentido à história com a ajuda do modelo de interpretação, que por sua vez não é encontrado nas fontes. (RÜSEN, 2010: 25)

O sentido dado à história não se encontra determinado por suas fontes, “ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer” (KOSELLECK, 2006: 188), o sentido é construído nos modelos de interpretação nelas aplicados. São esses modelos de interpretações que direcionam e estabelecem conexões que tornam possível “fazer” história. São esses modelos de conexão, aos quais Rancière enquadra como anacrônicos dentro do discurso histórico, como “acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com ‘ele mesmo’.” (RANCIÈRE, 2011: 49). Neste caso, o sentido empregado à história não está contido no objeto estudado, ou seja, no tempo passado, mas contido nos modelos de interpretação do tempo presente. O tempo passado, por meio dos documentos que se preservaram, é o objeto de investigação do historiador, todavia, o sentido por eles construído não está contido no passado e sim, no próprio presente. “A multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um ‘mesmo’ tempo,

é a condição de agir histórico.” (*Idem*: 49). O tempo passado é interpretado por meio das noções de temporalidades contidas no presente. O sentido empregado à história por meio da pesquisa não visa, no entanto, simplesmente estabelecer formas alternativas de se interpretar o passado, mas “reorganizar” as experiências do passado humano com o intuito de suprir as carências de orientação da vida prática. Pretende então não apenas relevar o passado, mas orientar a própria existência humana. “Ela confere, assim, à experiência do passado, a forma significativa de um processo histórico, referido tendencialmente ao presente, e abre uma perspectiva para o futuro.” (RÜSEN, 2010, p. 168). O “fazer” história, então, se dá mediante as experiências relativas ao passado e as expectativas mediante o futuro presentes na organização social; o indivíduo, ao produzir um trabalho histórico, revela a teia invisível das relações sociais de seu tempo implícitas no estudo do passado, ele fala a seus contemporâneos de um passado, estabelece relações entre este e o presente, e garante assim uma continuidade relativa ao futuro.

A historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado: estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. (CERTEAU, 1982, p. 16).

As narrativas históricas, então, não só vislumbram o período ao qual ele se refere, revela também a forma de organização do tempo – experiências e expectativas – utilizada para dá sentido à própria história e garantir assim, a “verdade” nele transmitido.

### **A função da história: narrativas históricas como fontes historiográficas**

Anápolis é uma cidade de história relativamente recente, foi alçada a categoria de cidade em 1907. Segundo a historiografia local, o primeiro relato oficial da presença de povoação na região foi feito pelo viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, por volta de 1819, quando este percorria o interior da província de Goiás. Conta o viajante:

Parei na Fazenda das Antas, situada acima do rio do mesmo nome e um dos afluentes do Corumbá. A fazenda era um engenho-de-açúcar que me pareceu em péssimo estado de conservação, mas o rancho que fazia parte dela era espaçoso e limpo, e foi aí que instalamos. (SAINT-HILAIRE *apud* POLONIAL, 2007a: 15).

Nos anos que se seguiram a região cresceu gradativamente, sendo criada a Freguesia de Sant’Ana das Antas em 09 de agosto de 1873, conforme Resolução nº 514; instalada a Vila

de Sant'Ana das Antas por meio da Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887; e por meio da Lei nº 320, de 31 de julho de 1907, foi, finalmente, elevada a categoria de cidade. Em suas primeiras décadas teve um crescimento econômico pouco significativo se comparado com os anos posteriores à chegada da Estrada de Ferro Goyas em 1935. Em relação à produção historiográfica, fora pequenos relatos sobre a história local editados em jornais locais, o primeiro trabalho significativo data de 1937-38: *Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis: À guisa de Geografia e História do Município para uso das Escolas de Anápolis* de autoria de Francisco Lopes de Azeredo Filho. O autor era diretor de estatística do governo municipal, e o livro, como é destacado no seu título, foi concebido para uso didático no ensino de geografia e história nas escolas municipais.

Um trabalho mais elaborado e significativo sobre a história anapolina só foi surgir em 1957, data do aniversário de cinquenta anos da cidade. Nesse período, jornalistas locais, com o apoio de políticos e empresários, resolveram “*presentear a cidade, pelos seus cinquenta anos, com uma publicação condigna, que representasse tudo de bom que Anápolis possui.*” (A Cinquentenária, 1957: 03). A *Cinquentenária*, foi a primeira revista editada no município, teve uma tiragem de 3200 exemplares, e segundo seus editores, tinha um fim histórico, que era “*deixar uma lembrança aos anapolinos de amanhã*” (Idem: 03). Para tanto, não poderia deixar de figurar em suas páginas um trabalho de cunho histórico. Esta tarefa foi delegada a João Luiz de Oliveira, que segundo os editores era “*o único conhecedor da história de Anápolis, desde a sua fundação até os dias atuais*”, complementando mais adiante, “*a parte mais importante desta publicação, que estamos legando aos pósteros, foia a êle confiada.*” (Idem: 04).

Prefeito do município por duas ocasiões (1930-1934: nomeado intendente após a Revolução que colocou Vargas na presidência do país; e 1953-1955: eleito pelo voto direto da população), João Luiz de Oliveira mostrava interesse pela história local desde a década de 1930. Em 1935 publicou no periódico local um pequeno texto com o levantamento dos principais documentos históricos da cidade. Publicou alguns outros textos em jornais com destaque para um discurso proferido, em 1947, presente no acervo da Câmara Municipal de Anápolis. Mas o seu principal trabalho, utilizado como referência na maior parte das obras historiográficas sobre a cidade, foi publicado na supracitada revista, intitulado: *Subsídios à História de Anápolis*.

No período em que este trabalho foi elaborado a cidade de Anápolis, assim como todo o estado de Goiás, vivia a expectativa da construção da nova capital federal. Isso abria novos horizontes em relação ao futuro do município, que desta maneira poderia se projetar positivamente a nível nacional:

Como não poderia deixar de ser, o nome de Anápolis foi sendo pronunciado de boca em boca por êste Brasil afora, sendo hoje cidade popularíssima em todos os quadrantes da pátria, pois, quem cita a futura capital vai logo dizendo que a cidade mais próxima é Anápolis. (Revista *A Cinqüentenária*, 1957, p. 56).

Para além da construção de Brasília outros fatores, em escala global, também influenciavam as expectativas da época, naquele mesmo ano “a União Soviética lançou o primeiro satélite no espaço, o Tratado de Roma lançou as bases da futura União Européia, foi fundada a Agência Internacional de Energia Atômica e aconteceu o primeiro vôo do Boing 707.” (FREITAS, 2007, p. 36). Este clima pode ser notado também pela mensagem deixada ao final da revista “aos anapolinos do futuro”, na qual havia uma descrição de como poderia está a cidade em 2007.

Os anapolinos do futuro, por certo, serão milhões. Grandes jornais, grandes revistas, com monumentais oficinas, montadas em gigantescos edifícios, iluminadas com a energia do átomo, farão por certo uma extraordinária festa para comemorar o centenário de Anápolis, com aparelhos de velocidade super-sônica cortando os céus citadinos, veículos atômicos e objetos estranhos circulando por ruas calçadas por pisos plásticos, impensados entre arranha-céus que atingirão as nuvens...” (Revista *A Cinqüentenária*, 1957, p. 106).

Esses fatores contribuíam para a concepção de uma noção de tempo, na qual o próprio presente se tornava obsoleto a cada dia. A própria revista visava recuperar o passado para o futuro. As obras do presente tinham um endereço certo: o amanhã... As expectativas vivenciadas naquele contexto se fizeram presentes também no texto de João Luiz de Oliveira, que apesar de ser em grande parte descritivo, procura estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, e entre este e o futuro. O tempo, interpretado a partir da ideia de progresso, era percebido de forma acelerada.

Podemos notar, contudo, uma distinção entre o modelo interpretativo de aceleração do tempo ocorrida inicialmente na Europa (KOSELLECK, 2006) e a aceleração ocorrida nesse caso do sertão goiano. Na acepção europeia o futuro estava, a princípio, aberto: o progresso levaria ao desenvolvimento científico e a emancipação humana, no entanto, esse futuro era uma especulação filosófica. “O futuro do progresso é caracterizado por dois

momentos: por um lado, pela aceleração com que se põe a nossa frente; por outro lado, pelo seu caráter desconhecido.” (KOSELLECK, 2006, p. 36). Esse caráter desconhecido devia-se a abreviação dos campos da experiência. Os caminhos da modernização seguidos pela Europa nos séculos XVIII e XIX, todavia, eram conhecidos ou ao menos imaginados pela “Manchester goiana” de 1957. A Europa era um modelo concreto a ser seguido, mas com uma diferença: somente o que havia de positivo nesse modelo seria supostamente copiado. Na década de 1970, por exemplo, temos outro contexto histórico vivenciado pela cidade, todavia, este modelo continua a prevalecer. As expectativas vividas naquele momento eram outras, Brasília já se realizara e o foco do progresso local passara a ser o DAIA, que seria inaugurado naquele ano. Semelhanças e diferenças entre o progresso ocorrido na Europa e o que era vivenciado em Anápolis eram tomadas como meio de explicação para as mudanças ocorridas na cidade:

Por causa de seu rápido crescimento Anápolis recebeu a denominação de “Manchester Goiana”, fazendo-se uma alusão à cidade inglesa que prosperou durante a Revolução Industrial no século.

Tomando de outro ponto e incorrendo por um lado mais social e opinativo, é preciso lembrar que Anápolis, de maneira alguma pode ser comparada em seus alicerces econômicos àquela cidade inglesa. Manchester prosperou à custa de esforços humanos descrevendo uma realidade verdadeiramente criminosa, realidade esta que não coincide com a anapolina que foi construída com trabalho ordenado e de espontaneidade de um povo.

(...) mesmo levando em conta o rápido e vertiginoso progresso que as duas experimentaram. Por questões humanas, Anápolis não merece esse título, pois seu progresso conta uma história diferente no que se refere ao trabalho de seu povo. (Jornal *Correio do Planalto*: 09 a.15-08-1976).

Voltando ao texto de 1957, podemos notar que, no caso de Anápolis, especificamente, havia uma estranha relação entre progresso e tradição. Apesar do passado ser visto como sinônimo de atraso, este também era representado como pioneiro: os homens do passado deram o pontapé inicial do desenvolvimento da cidade ou do Estado. O passado era valorizado não pelo que foi, mas pelas possibilidades que abriu para o futuro, ou no caso, aquele presente. O ideal de progresso vivido naquele momento era transportado para o passado, como se, os pioneiros daqueles tempos remotos tivessem ideais similares aos contemporâneos. Neste ponto Rancière (2011) mostra-se correto: a história trabalha por meio de anacronismos. No seguinte trecho podemos perceber essa aproximação de ideais:

Nos grandes centros se verificam notáveis realizações industriais, arquitetônicas, culturais, etc., e o interior do país, por sua vez, se desperta e vibra. Outrora, os

bandeirantes, destemidos e audaciosos deixavam suas famílias, durante anos, e penetravam nos sertões desconhecidos e perigosos, em busca de ouro. Muitos, nessas excursões, encontravam a morte, outros adoeciam e muitos, desiludidos, regressavam aos lares. Numerosos, porém, eram os que persistiam e venciam. (Revista *A Cinquentenária*, 1957, p. 57).

Mais adiante é possível detectar a tentativa de demonstrar um *continuum* temporal por meio de uma aproximação entre as “origens” do estado de Goiás, os pioneiros bandeirantes, e os empresários daquela cidade em desenvolvimento:

Abriam estradas, descobriam terras, e construíram povoados, que anos depois tornavam-se cidades. A esses heróicos sertanistas, o Brasil muito deve. Hoje, os pioneiros, continuadores dos homens bandeirantes, dotados de conhecimentos especializados, e tendo as facilidades proporcionadas pelas conquistas do século XX, também abrem estradas – ferrovias e rodovias – utilizando-se de máquinas apropriadas, e não se contentando com os meios terrestres de locomoção, cruzam os céus, em tôdas as direções, em aviões modernos. E constroem cidades, de um dia para o outro ou la noite para o dia, cultivam a terra, dedicam-se a indústria e ao comércio, às profissões liberais, e a outras atividades. E em tôda parte e em todos os setores o progresso se manifesta, exuberantemente. (*Idem*: 57).

Esta ligação entre o passado e o presente, como fluxo contínuo, buscava demonstrar que o estado e a cidade cresceriam ainda mais e, simultaneamente, provar a veracidade do que era relatado. As estradas incipientes e povoados fundados por bandeirantes, haviam se tornado cidades e, no caso de Anápolis e Goiânia, ainda que não tivessem origem aurífera, modernas metrópoles. Isso provava que o progresso existia e que Goiás se desenvolveria ainda mais e Anápolis não só seguiria seus passos, poderia guiá-los rumo ao futuro. O tempo era percebido de forma acelerada, como um sintoma da modernização: as mudanças eram percebidas em uma velocidade cada vez maior. Em 1886 o engenheiro elétrico Werner von Siemens entendia essa “aceleração” como uma lei:

“Esta ley, claramente reconocible, es la de la aceleración constante del actual desarrollo de nuestra civilización: ciclos evolutivos que en tiempos pasados fueron recorridos a lo largo de siglos, y que al comienzo de nuestra época necesitaron todavía decénios, se completan hoy en años, y a menudo nacen ya plenamente maduros. Esto es, por un lado, la consecuencia natural de una forma de manifestación de nuestro mismo progreso cultural [...], por otro, el efecto de una autoestilización del progreso científico-técnico”. (KOSELLECK, 2003: 39).

Experiência similar em relação ao tempo podia ser notada em Anápolis desde a década de 1930. O próprio João Luiz de Oliveira cita um exemplo extraído de um discurso do médico e escritor José Xavier de Almeida Junior, proferido em 15 de dezembro de 1937, durante a comemoração dos cinquenta anos da vila de Sant’Ana. A fala fazia referência aos

benefícios trazidos pela ferrovia ao município: “Anápolis completa seu meio século, tendo crescido mais nos dois últimos anos da estrada de ferro, do que nos quarenta e oito que a procederam.” (Revista *A Cinquentenária*, 1957, p. 62). O tempo era percebido como uma corrida, na qual as cidades interioranas deveriam buscar igualar-se às grandes metrópoles mundiais.

Em termos metodológicos, o autor tratava os documentos como provas irrefutáveis do conteúdo apresentado como é possível perceber no trecho a seguir:

A História de Anápolis, sem dúvida, começa com a doação a Nossa Senhora Sant’Ana, de muitos alqueires de terras, feita a 25 de abril de 1870, pelos srs. Joaquim Rodrigues dos Santos, Inácio José de Sousa, Manoel Roiz dos Santos, Camilo Mendes de Moraes e Pedro Roiz dos Santos. O título de doação é o primeiro documento histórico de Anápolis. (*A Cinquentenária*, 1957: 57).

Na maior parte do texto, o autor procurou ressaltar os momentos mais significativos da história de Anápolis mediante a apresentação e citação de documentos, através de longas listas de nomes dos pioneiros da cidade ou apresentando dados do orçamento municipal. Os dados demonstrados buscavam também confirmar a estrutura temporal delineada pelo autor no início do texto: o presente como uma continuação do pioneirismo bandeirante, no entanto, com um recurso que só a modernidade poderia oferecer: a capacidade de realizar grandes feitos em um curto período de tempo.

Os recursos de hoje, humanos e materiais, permitem que se construam cidades de um dia para o outro. O crescimento demográfico, os conhecimentos técnicos e científicos, os meios de transporte, e também as necessidades e as ambições, que se manifestam intensamente com o progresso e a civilização, levam os homens a arrojados empreendimentos, em todos os ramos de atividades e em toda parte. (*A Cinquentenária*, 1957: 57).

Com o intuito de enfatizar a importância da “redistribuição epistemológica” para se estabelecer um sentido em um texto histórico ou projetar um novo olhar perante as fontes, tomaremos como exemplo outra narrativa histórica frequentemente citada em trabalhos históricos sobre Anápolis. Trata-se de *Anápolis: um enfoque histórico* de Wilson Ferreira Cunha. Na época mestrando em História pela Universidade de Moscou e professor da Faculdade de Filosofia de Anápolis. Este trabalho também foi produzido em comemoração ao aniversário da cidade, em 1975, a pedido do jornal *Correio do Planalto*. Assim como o texto de João Luiz de Oliveira, não pode ser enquadrado como um trabalho acadêmico no sentido estrito do termo. Todavia, obedece a certos critérios metodológicos e, principalmente, busca

estabelecer um sentido lógico a experiência do tempo. Ambos foram divulgados em publicações destinadas aos cidadãos anapolinos, o que leva a crer que a organização temporal presentes nos trabalhos fosse compartilhada por uma parcela significativa da população local. Outro ponto fundamental é que podemos considerar que o texto de Wilson Cunha como uma interpretação e reestruturação do trabalho de João Luiz. *Subsídios à História de Anápolis*, foi produzido a partir da leitura direta das fontes, ao passo que *Anápolis; um enfoque histórico*, utilizou o trabalho anterior como referência. Em termos estruturais, os textos são similares, o que muda substancialmente, é a forma como os dois autores trabalham o sentido e o conceito de História.

O texto de Wilson Ferreira Cunha também foi publicado em um momento de mudanças da estrutura econômica da cidade: um ano antes da inauguração do DAIA. Não só no texto em questão, mas em outras reportagens destinadas a comemorar os 68 anos da cidade, encontram-se referências ao passado anapolino imbuídas de expectativas e interpretações submersas ao contexto do período. Logo, na capa desta edição referem-se à cidade:

Nascida, segundo a tradição oral, sob a inspiração de Santana, e forjada na senda do progresso por homens vindos de todos os quadrantes do país e mesmo do exterior, Anápolis é atualmente uma das mais importantes cidades brasileiras, destinada a ocupar lugar mais importante ainda no futuro, dado amor e dedicação que lhe dedicam todos os seus habitantes, natos ou por adoção, enamorados que são pelas suas coisas. (*Correio do Planalto*: 31-07-1975).

Ao contrário do texto de João Luiz de Oliveira, Wilson Cunha procurou enfatizar a necessidade de se desvincular, dentro da produção historiográfica, o passado bandeirante ao contexto social do momento. Seu texto enfoca as mudanças políticas e econômicas do município e ao mencionar a importância da História ressalta a necessidade de se construir uma “outra” história, já que se vê na “historiografia brasileira são os jargões acadêmicos e um conceito histórico ultrapassado, baseado numa linguagem oficial, mitológica e oligárquica.” (*Correio do Planalto*: 31-07-1975, caderno B, p. 02). Procurou, então, explicar os acontecimentos na história local ligando-os a fatos ocorridos a nível nacional, como é possível notar em sua interpretação sobre a instalação da freguesia:

Nesta ocasião, em todo o país, a formação de povoados representava um papel tão importante para as regiões onde se concentravam, que os senhores proprietários de terras e autoridades oficiais concediam vantagens especiais para a sua instalação. Por causa disto, a elevação de povoado de Sant’Ana da Antas não teve obstáculos

significativos e, foi, naturalmente alcançado o intento por que a causa era justa e favorecia a todos e a toda a região. (*Idem*: 01).

Mesmo em uma tentativa de fugir dos modelos que, em sua opinião, ainda vigoravam na historiografia nacional, sua compreensão histórica tem suas bases fundadas no futuro, em um futuro diferente ou no *ainda não presente*. O ataque feito a História por Wilson Cunha, não foi meramente direcionado ao passado relatado em escritos históricos, mas ao próprio presente, ou melhor, as estruturas políticas estabelecidas no município pelo regime militar. Anápolis, naquele período, por ser “área de segurança nacional” – devido a instalação da Base área em 1973 – não podia eleger o prefeito municipal por meio de eleições diretas, sendo este nomeado pelo governo federal. Clima similar pode ser observado no artigo: *Predestinação histórica* de Jarbas de Oliveira, presente na mesma edição de 31 de julho de 1975, do *Jornal o Correio do Planalto*. No artigo, o autor lamenta a incapacidade da administração municipal em acompanhar as novas necessidades que se faziam presentes para o desenvolvimento da cidade, que a exemplo de Goiânia e Brasília, também havia recebido:

os bafejos de modernização e progresso, implantado em suas respectivas áreas. (...) Mas Anápolis, “tem pressa” e avança rumo à sua independência econômica e, ao seu aprimoramento cultural, à sua completa realização, graças ao dinamismo de seu povo, ao esforço incomum de seus pioneiros e ao seu próprio destino. (*Jornal Correio do Planalto*, 31-07-1975, p. 02).

As expectativas geradas com a instalação do DAIA eram ameaçadas pela sombra negra da instabilidade política gerada pela intervenção federal, já que os interventores não conheciam os problemas e nuances da realidade anapolina. Visto pelo enfoque político, a construção de Brasília, esperada ansiosamente anos antes, mostrou-se uma faca de dois gumes: se por um lado, “projetou” Anápolis no cenário nacional, por outro lado, trouxe uma instabilidade política, de 1973 a 1985, a cidade teve nove prefeitos nomeados.

Esse pouco tempo para cada prefeito impedia um projeto conseqüente para a cidade, além de gerar constantes crises políticas, pois era um governo não referendado pelo voto popular. Com isso, a instabilidade política determinava a rotatividade do poder, muito dependente da pressão da elite conservadora anapolina e da boa vontade do Governador, que nesse mesmo período, também, era indicado pelos militares. (POLONIAL, 2007b: 112).

Na época em que foi lançado o texto de Wilson Cunha, Anápolis já passava pela terceira nomeação para a prefeitura em dois anos. Para Wilson Cunha, a história política anapolina dividia-se em três fases distintas. A última delas teve início em 1973, com o

período de prefeitos nomeados, “exatamente com a administração de Irapuan da Costa Júnior, instalara-se no município uma nova fase que até hoje está na sua etapa inicial.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1975, p. 02). Nas outras duas fases, podemos encontrar uma forma de organização temporal baseada em princípios dialéticos de interpretação da história como atraso e progresso ou coronelismo e burguesia. Assim como no texto de João Luiz, a ideia de progresso também esta associada ao desenvolvimento urbano. Todavia, esta não era vista como um modelo que seguia uma espécie de ordem natural, para Wilson Cunha, o desenvolvimento só poderia ocorrer se uma nova classe, mais capacitada ao cenário que se constituía, assumisse o poder. Dessa forma ele concebe a estrutura política anapolina (mais uma vez ligando-a ao âmbito nacional) do início do século XX da seguinte forma:

Em primeiro lugar, as formas políticas tomadas quer na regulamentação das relações entre pessoas, quer na organização da superestrutura política, não foram em absoluto uniformes, variando de lugar para lugar e de época para época, isso, de acordo com a região e em todo o país. Em segundo lugar, e por causa disso, permaneceram nas regiões centro-oeste brasileira estágios políticos bastante atrasados das formas que estavam evoluindo nas regiões costeiras do país. (*Idem*: 01).

Assim como João Luiz, Wilson Cunha avalia a evolução da cidade de Anápolis, através de modelos exteriores à realidade local. A solução para o atraso anapolino (e goiano) estava situada na industrialização, as mudanças políticas poderiam então ser explicadas por este viés. Para Cunha, o coronelismo entra em decadência em Anápolis por volta de 1930, com o fortalecimento do comércio local. O coronelismo, “ainda que dinâmico nos primórdios, aos poucos, foi perdendo a capacidade de se identificar com a nova realidade.” (*Idem*: 01). É interessante notar que, mesmo citando a década de 1930 como a queda do coronelismo, o autor não cita as mudanças políticas ocorridas a nível nacional, para ele,

O constante crescimento de demanda global da economia de Anápolis acabou por romper o arcabouço político do coronelismo. Era o início da expansão comercial e industrial da cidade. A consequência direta destes acontecimentos foi a entrada no cenário da política local de uma nova classe – a burguesia comercial e industrial. (*Idem*: 01).

O autor chega a citar a mudança da capital estadual, Pedro Ludovico e Mauro Borges como personagens que contribuiram para a queda do coronelismo e início da industrialização do estado, todavia, dá a entender que estes são colocados como coadjuvantes de uma superestrutura maior. Como na interpretação materialista da história os homens fazem a história segundo condições preestabelecidas; a visão não é tão otimista como a de João Luiz,

na qual “os homens constroem cidades da noite para o dia”, nesta perspectiva, só chega ao poder a classe social mais apta às novas condições econômicas.

Anápolis também acompanha a ascensão da industrialização do Estado, inserida com nova energia a partir dos anos 70.

Com a perda da hegemonia política do município por parte dos coronéis, o poder político passa lenta e ininterruptamente para as mãos da burguesia comercial e industrial da cidade. São eles, os únicos capacitados para desempenhar a nova tarefa de impulsionar a nova realidade político-econômica e social de Anápolis. (*Idem*: 01).

Em termos metodológicos, o autor defende que a função da História – uma história que deveria ser escrita de forma crítica e científica – era registrar a realidade histórica, capturar o passado e transportá-lo de forma fiel para o texto escrito mediante métodos científicos. Afirma o autor que: “Escrever história, é antes de tudo, dizer a verdade. Não se pode ser descritiva nem tampouco pragmática ou didática, mas sim científica: o exame e análise crítica dos acontecimentos político-sociais e econômicos.” (*Correio do Planalto*: 31-07-1975, caderno B, p. 02). A busca da “verdade histórica” visava revelar o passado, expurgar o presente e restabelecer o futuro. O autor finaliza ressaltando a necessidade de se escrever a história de Anápolis antes que se percam os relatos de pessoas importantes e ainda vivas que participaram da história do município.

### **O oitavo pecado ou bom o anacronismo**

Como foi ressaltado no início deste texto, tão importante quanto a interpretação que se tinha da história e de sua função social em dado momento histórico. Tanto *Subsídios à História de Anápolis*, quanto *Anápolis: um enfoque histórico*, em suas diferenças e similaridades, refletem expectativas em relação ao futuro do município presentes no momento no qual foram concebidos. As carências de orientação da vida prática refletem-se na forma de compreensão do passado estipulada pelo presente. O aparente obstáculo imposto à História – transmitir uma “verdade” e admitir a relatividade desta – torna-se a condição necessária para que uma sociedade estabeleça uma relação lógica entre tempo-espço e oriente-se cotidianamente. Os anacronismos utilizados pela História, as significações que dão sentido ao tempo, mesmo que venham prejudicar a “identidade” do mesmo (RANCIÈRE, 2011), refletem as múltiplas temporalidades que são condições do próprio agir humano. A História constrói um sentido para si e para o tempo mediante anacronismos, mas isso não deve ser

visto como um pecado mortal, esta talvez, seja a forma com a qual a linguagem do presente é capaz de tornar apreensível o passado e manter uma ideia de (des)continuidade em relação ao futuro. Uma narrativa histórica ao refletir e estruturar um trabalho de pesquisa histórica produz não só uma reflexão sobre o passado, mas também, formula em termos teóricos a relação que ele e seus contemporâneos estabelecem para representar, organizar e compreender o próprio fluxo do tempo. O fazer história, então, está ligado a forma como o tempo é vivenciado e as modelos estruturais que “garantem” a sua (des)continuidade.

### Referências

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriati. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CADERNO de Pesquisas: Museu Histórico de Anápolis “Aderico Borges de Carvalho”. Ano 2/nº 1, Anápolis, GO, 2010.
- CADERNO de Pesquisas: Museu Histórico de Anápolis “Aderico Borges de Carvalho”. Ano 2/nº 2, Anápolis, GO, 2010.
- CUNHA, Wilson Ferreira. *Anápolis: um enfoque histórico*. In: *Jornal O Correio do Planalto*. Anápolis, 31 de julho de 1975.
- DUARTE, George. *História econômica de Anápolis*. *Jornal Correio do Planalto*, 1976. Ed. Nº 112 à 118 e 123.
- FREITAS, R. A. “Anápolis, fundos públicos e expansão urbana: 1957-1997.” In: TOSCHI, M. S. (org). *100 anos: Anápolis em pesquisa*. Anápolis [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- GINZBURG, Carlo. “*Ekphrasis e citação*”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Tradução de Antonio Narino. – Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade).
- KOSELLECK, Reinhart. *Aceleración, prognosis y secularización*. Tradução de Faustino Oncina Coves. Valencia: Pre-textos, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- MARRETO, José. Pronunciamento do Secretário da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás durante a solenidade comemorativa do décimo aniversário de fundação do Distrito Agro Industrial de Anápolis. *DAIA 10 anos*, 1986.
- O Correio do Planalto*. Anápolis, 1974-1983.
- OLIVEIRA, João Luiz. *Subsídios à história de Anápolis*. In: *Revista A Cinquientenária*, edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis, 1957.

POLONIAL, J. M. *Ensaio sobre a História de Anápolis*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2000.

\_\_\_\_\_. “Anápolis: das origens do povoado à revolução de 1930”. In: TOSCHI, M. S. (org). *100 anos: Anápolis em pesquisa*. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)*. Anápolis: Edição do autor, 2007b.

RANCIÈRE, Jacques. “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador”. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos editora Unochapecó, 2011.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Revista *A Cinquüentenária*, edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis, 1957.

TOSCHI, M. S. (org). *100 anos: Anápolis em pesquisa*. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.

